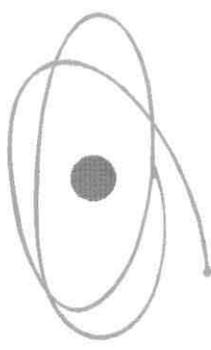


Q

532/1990



00000.000532/1990



C A P E S

011.5 – Conselho Técnico – Científico (CTC)

14ª Reunião

25/09/1990

pastas 14

Ata 14ª

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

- CAPES -

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

XIV REUNIÃO

Data: 25 de setembro de 1990

Local: Sala de Reuniões da CAPES

Início: 9:30 horas

Pauta:

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. Plano de Ação da CAPES
3. Outros assuntos

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

ATA DA XIV REUNIÃO

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa realizou-se a décima quarta reunião do Conselho Técnico-Científico da CAPES, sob a presidência da Professora Eunice Ribeiro Durham e a presença dos Presidentes de Área: Martin Smolka, Jorge Guimarães, Mario Pessas, Bernadete Gatti, Therezinha Vieira, Luiz Bevilacqua, Fernando Sawislak, Raimundo Netuno Villas, Alcir Lenharo, Clesio dos Santos, Ataliba de Castilho, Oswaldo Ramos, Ney Pippi, Aroldo Rodrigues e Masayoshi Yoshida, do representante dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação Prof. Oswaldo Lopes e do representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos Afonso Celso Bainy. A Profª Eunice apresentou para discussão a proposta do Plano de Ação da CAPES (em anexo), principal objetivo da reunião e deu algumas informações de ordem geral sobre a reestruturação da CAPES, a situação de pessoal e o projeto de transformação da CAPES em fundação. PLANO DE AÇÃO - cada Presidente relatou a situação de sua área de conhecimento em relação aos programas da CAPES, destacando os problemas e limitações quanto à questão de redução dos prazos de concessão de bolsas e do excessivo tempo médio de titulação. Foi colocado e discutido o alto grau de exigência dos mestros x sua eficiência; as distorções do sistema de distribuição de bolsas, causadas em parte pelo peso histórico x a necessidade de adoção de políticas de reorganização do sistema e, também, o papel do processo de avaliação como fonte de identificação de grupos com potencialidade para viabilizar projetos institucionais e para estimular a formação de núcleos promissores. O Colegiado aprovou todas as propostas contidas no Plano. Nos pontos onde não houve consenso, em razão da alegada dificuldade de generalizar medidas para todas as áreas, os Presidentes apresentarão sugestões para serem incorporadas a versão final. O Colegiado congratulou-se com a Direção da CAPES pela apresentação das propostas.

Para constar lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente e por mim. Brasília, vinte e cinco de setembro de mil novecentos e noventa.

EUNICE RIBEIRO DURHAM
Presidente

GLADIS CAGLIARI
Secretária



PLANO DE AÇÃO DA CAPES

A linha de atuação da CAPES, nos últimos 15 anos, tem assumido um cunho nitidamente institucional. Os recursos e incentivos em geral não tem sido dirigidos no sentido de atender a pesquisadores e docentes individualmente, mas a programas e instituições, substituindo a avaliação prévia de solicitações individuais por uma avaliação posterior do desempenho coletivo a qual orienta as concessões.

Considerando que essa orientação é adequada e eficaz, a CAPES não propõe uma mudança drástica dessa política, mas seu aperfeiçoamento a partir de diagnósticos propiciados pelo próprio desenvolvimento do processo de avaliação.

Uma análise da situação atual da pós-graduação no Brasil e da atuação da CAPES nesta área indicam a existência de uma série de problemas que deveriam ser objeto de uma política específica da agência no sentido de aumentar a eficácia, a eficiência, a amplitude e a área de influência dos programas existentes.

Apresentamos, para discussão, as seguintes propostas:

1) A EFICIÊNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.

O problema maior se refere ao tempo excessivo que é utilizado para a obtenção dos títulos de mestre e doutor. A preocupação com esta questão já existe há muitos anos, tendo motivado a redução dos prazos máximos das bolsas. Esta medida ainda não provocou, entretanto, uma redução sensível do tempo médio de titulação, criando, por outro lado, um descompasso entre tempo de bolsa e tempo de titulação. Como o processo afeta principalmente os mestrados propomos uma campanha, com a participação dos Presidentes de Comitês para a redução dos prazos através de uma discussão geral com as Associações Científicas, Coordenadores e Pró-Reitores de Pós-



Graduação, no sentido de promover uma reorientação dos programas com redução das exigências atuais e uma melhor conexão com os programas de doutorado. Simultaneamente, pretendemos incentivar a criação do doutorado a partir de programas de mestrado que possuem capacidade comprovada.

2) QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

Um problema importante nesta área diz respeito à formação no exterior. A extensão dos benefícios oferecidos por estudos no exterior de forma a atingir um número maior de candidatos, assim como a preocupação em evitar o desenraizamento provocado por longos períodos de residência em outros países levou a CAPES, como o CNPq, a estabelecer e incentivar o Programa das Bolsas Sanduíche. Esse programa, entretanto, tem sido objeto de uma procura reduzida, não tendo sido suficientemente divulgado e seu rendimento tem sido muito desigual. Para desenvolver este Programa, a CAPES propõe a distribuição de quotas de bolsas sanduíche no exterior entre os cursos de Doutorado de nível A e B, num sistema semelhante ao da Demanda Social. Duas vantagens desta iniciativa seriam:

- a) possibilidade de orientá-la no sentido de promover a cooperação sistemática entre instituições brasileiras e estrangeiras, especialmente se for combinada com um programa de professores visitantes;
- b) um acompanhamento mais efetivo do desempenho dos bolsistas, através de seu orientador brasileiro.

3) INTEGRAÇÃO ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO

Trata-se, também neste caso, de uma questão que vem preocupando a CAPES há muito tempo e está associada à carência de estímulos específicos para o desenvolvimento da pesquisa e da formação acadêmica na graduação, à semelhança do que ocorre com a graduação. Quanto a esse problema, estamos propondo uma ampliação dos



Programas Especiais de Treinamento (PET), assim como dos benefícios que ele oferece.

4) A INTEGRAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO COM OS DEMAIS NÍVEIS DE ENSINO.

A forma de desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, que se deu em termos de isolamento em relação à graduação, impediu também que cumprisse um papel dinamizador tanto no ensino superior quanto no 1º e 2º graus. A formação de professores para estes níveis de ensino constitui uma área privilegiada para promover essa integração, contribuindo para resolver a deficiência geral da qualificação do corpo docente do 1º e 2º graus. Para atingir esse objetivo seria necessário tanto uma reorientação da licenciatura, como especialmente, no caso da CAPES, um desenvolvimento de cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização e treinamento em serviço, que fazem parte da pós-graduação lato-sensu.

A CAPES propõe uma atuação concentrada nessa área de formação de recursos humanos através dos programas SPEC, PET e de um amplo apoio aos cursos de retreinamento de professores.

5) BOLSAS E APOIO INSTITUCIONAL.

Tradicionalmente, a eficácia da ação da CAPES junto aos cursos de pós-graduação deveu-se à utilização de dois instrumentos complementares: bolsas e fomento sob a forma de auxílios financeiros. Quando a CAPES dispunha de maior liberdade na alocação dos seus recursos, o fomento absorvia entre 25 e 35% do seu orçamento, porcentagem esta que vem sendo reduzida progressivamente até atingir hoje menos de 10%. A redução do fomento tem sido extremamente prejudicial aos cursos, especialmente porque vem coincidindo com uma redução geral das verbas de custeio e capital das universidades e institutos de pesquisa. A fim de estabelecer essa forma de auxílio, estamos propondo a incorporação de parte desses recursos às verbas destinadas às bolsas, sob forma de pagamento de "taxas



de bancada". Essas taxas, pagas à universidades em função do número de bolsas, deverão ser repassadas aos cursos e se justificam em função do custo do processo de formação dos pós-graduandos. À semelhança do que ocorre com o PET, as taxas devem corresponder, por ano, ao equivalente ao valor de uma mensalidade de cada uma das bolsas CAPES concedidas e utilizadas.

6) A FORMAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE EXCELÊNCIA E A DESIGUALDADE REGIONAL.

A preocupação com a qualificação do corpo docente das instituições de ensino superior constitui o centro de todas as atividades e programas da CAPES. A análise do conjunto dessas iniciativas, entretanto, demonstra a persistência da concentração de pessoal qualificado e de capacidade de pesquisa e formação em umas poucas universidades e escolas, a maior parte das quais se localiza no centro-sul. Apesar dos efeitos positivos do PICD no sentido de melhorar a qualificação e elevar a titulação do corpo docente das universidades sem tradição de pesquisa e de programas de pós-graduação próprios, não tem havido uma multiplicação de centros de pesquisa e pós-graduação de forma a estabelecer um relativo equilíbrio regional. A dispersão dos recursos do PICD pode ter dificultado a formação de massa crítica em áreas específicas, sem a qual não se constituem centros dinâmicos de pesquisa e formação de pessoal. Por outro lado, a competição individual pelas bolsas no exterior, favorece a concentração dos auxílios nos egressos dos programas das melhores instituições. Esse problema tende a se agravar nos próximos anos, com a perspectiva da aposentadoria dos quadros mais qualificados das instituições com menor capacidade de desenvolvimento da pesquisa, para cuja formação muitos recursos foram investidos. Tendo em vista esta situação, a CAPES propõe a utilização de uma proporção dos incentivos de que dispõe (bolsas no país e no exterior, professores visitantes e auxílios) para projetos institucionais de capacitação de pessoal, apresentados por universidades e escolas ou por unidades dessas instituições; que tenham



por objetivo a formação de massa crítica para o desenvolvimento de programas em áreas acadêmicas específicas que apresentem um potencial de crescimento demonstrável. O projeto será dirigido no sentido de desenvolver áreas do conhecimento diferentes em instituições de uma mesma região de forma a favorecer a complementariedade entre elas, aumentando assim as oportunidades globais de formação de pessoal em todas as áreas.

Dentro desta mesma iniciativa podem ser incluídos projetos de consórcios entre instituições diferentes para o desenvolvimento de uma mesma área de conhecimento. Programas desse tipo podem ter caráter inter-regional e devem ser sediados em uma instituição, integrando nas atividades a colaboração de docentes qualificados de outras escolas onde a área de investigação esteja menos desenvolvida.

7) A AVALIAÇÃO.

O desenvolvimento de um processo de avaliação sistemática dos programas de pós-graduação constitui uma das iniciativas mais inovadoras da CAPES e constitui um instrumento de enorme eficácia para a orientação da sua política de aplicação de recursos. O que se propõe agora é uma orientação em cinco direções:

- a) reforço e ampliação do processo atual, especialmente das visitas de consultores para, além da avaliação de desempenho, desenvolver, com a participação dos docentes envolvidos, o diagnóstico dos problemas existentes nos diferentes cursos e a proposição de medidas para resolvê-los;
- b) diversificação dos processos de avaliação para aprofundar análises sobre o desenvolvimento das diferentes áreas de conhecimento, identificando problemas e propondo políticas específicas;
- c) utilização do instrumento da avaliação por pares para avaliar os próprios programas da CAPES.



- d) utilização dos dados produzidos pelos diferentes processos de avaliação para elaborar análises e estudos sobre a pós-graduação e divulgá-los;
- e) ampliação do processo para atingir a graduação, tanto através da avaliação dos cursos que tenham introduzido o PET quanto da avaliação do desenvolvimento de diferentes áreas do conhecimento.

8) COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

A CAPES vem operacionalizando, com recursos próprios, diferentes acordos internacionais no que diz respeito à troca de estudantes de pós-graduação e pesquisadores. Uma análise inicial dos diversos convênios existentes demonstra a ausência de uma política clara de formação de recursos humanos, da qual resulta uma fragmentação das iniciativas. A CAPES propõe a formação de uma comissão ad hoc para avaliar esses programas e apresentar propostas no sentido de uma melhor utilização de suas potencialidades.

9) MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

As recentes iniciativas do Governo no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico constituem um grande desafio para as universidades. Um programa como esse implica a utilização da capacidade instalada de pesquisa básica e aplicada, assim como de um amplo programa de formação de recursos humanos. Ambos necessitam de colaboração das universidades e, especialmente, dos programas de pós-graduação. Três temas parecem particularmente relevantes nessa discussão:

- a) a inexistência de capacidade gerencial nas universidades para a mobilização e a otimização da capacidade de pesquisa instalada;
- b) a ausência de pessoal e organismos capacitados para estabelecer a interface entre universidade e setor produtivo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES

Ministério da Educação – Anexo I - 4.º andar - Telefones (061) 214-8852 ou 214-8853
Telex (061) 2018 COPN - Caixa Postal 3540 - CEP 70000 - Brasília, DF - Brasil

70
.7.

- c) o pequeno número de iniciativas voltadas para o treinamento de pessoal qualificado para a gestão de empresas que utilizam tecnologias avançadas.

A CAPES propõe, neste momento, uma discussão ampla da questão que deve preceder a formulação de programas especificamente dirigidos a essa área.